



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 27 DE JANEIRO DE 1995

Senhor Mauro Durante, Presidente Executivo do Sebrae, meu amigo, meu companheiro de tantas horas nestas salas no Governo em que eu não me canso de render homenagens ao nosso outro amigo, Itamar Franco; Senhor Guilherme Afif Domingos, Presidente do Conselho Deliberativo Nacional do Sebrae; Senhores Conselheiros; Senhoras; Senhores;

Hoje é um dia aprazível para mim. Estou vindo de uma solenidade em que ofereci um almoço ao Primeiro-Ministro do Canadá, depois de longa discussão que travamos esta manhã, aqui, neste Palácio, ao redor de temas que são da maior significação para o Brasil e para o nosso hemisfério. Naquela ocasião se percebeu – qualquer um que tivesse tido acesso ao teor dos debates veria isso – o quanto há hoje uma esperança depositada no Brasil, não só aqui dentro como lá fora. Agora, vejo reafirmada essa esperança pela presença dos senhores e pela palavra do meu amigo Guilherme Afif Domingos.

Também sou otimista, não por profissão, mas por convicção de que essa situação em que nos encontramos é favorável às mudanças pelas quais o Brasil anseia por tanto tempo. Chegou a hora, e chegou a hora

não porque eu esteja no exercício da Presidência, nem porque quem me antecedeu se dedicou, como se dedicou, à causa pública. É ao contrário. Nós só podemos nos dedicar como nos dedicamos, e eu ter chegado à Presidência, porque o Brasil já havia mudado.

O Brasil já mudou. Essa oposição entre o País real e o País legal, que é verdadeira, vai ser cada vez menos possível manter, porque o País real invade o País legal. E, com essa vontade, que vem de toda parte, no sentido de que desatemos os nós que nos prendem ao corporativismo, ao estado de inspiração fascista, que assim foi, essas travas, muitas vezes, incompreensíveis, de um emaranhado legal que atrapalha a todos nós – atrapalha aos juízes, quanto mais a nós –, isso tudo tem que ser, com paciência, com prudência, com diálogo, posto à margem, ser passado a limpo. Essa é a nossa tarefa. E não tenho dúvida alguma de que o Sebrae, pelo papel importante que desempenha no Brasil de hoje – e a pequena indústria, a média indústria, também, pela repercussão imensa que aqui foi recordada e que nunca é demais recordar –, realmente e efetivamente faz parte deste país real que hoje pulsa em consonância com o conjunto do Brasil, no sentido de que, efetivamente, possamos dar os passos de modernização necessários.

Eu me recordo de que, há algum tempo, fui a São Carlos, uma cidade do Estado de São Paulo que tem mais de uma universidade, ambas importantes, e uma base industrial muito importante também. Eu tinha acabado de chegar da Itália, de Bolonha, onde sou até hoje membro de um dos conselhos da Universidade de Bolonha, e tinha estado numa cidade próxima, onde há um *campus* da Universidade de Bolonha. Ali se via, a olho nu, o que era a transformação da Itália: era a pequena empresa, a alta tecnologia, a mão-de-obra e a dispersão, pelo país, da base produtiva, e não a sua concentração.

Então, é isso a realidade brasileira. Nós hoje já dispomos das condições necessárias para dar margem a um país moderno, nesse sentido, que dá emprego à sua gente, que generaliza a educação – que é fundamental e sem a qual não vamos conseguir as transformações que o século que vem imporá a todos os países que quiserem estar na vanguarda; e que permite, também, que o trabalho seja valorizado, porque

é um trabalho competente, é um trabalho embasado no conhecimento do trabalhador e numa tecnologia que foi fruto da imaginação e da criatividade dos técnicos.

Diante de tantas possibilidades, não podemos ter medo nem ficar muito perturbados porque se contrariam interesses ou porque há incompreensões momentâneas aqui e ali. O homem público tem que ter convicções. Quando ele tem convicções, enfrenta as coisas. E nós, hoje, temos a convicção de que já está na hora de mudanças importantes.

Eu me alegrei muito também, ontem, porque houve um encontro longo, que durou o dia inteiro, entre vários ministros e um dos partidos que nos apóiam, o PMDB. Hoje está havendo com outro, com o PSDB, e haverá com todos e também com os partidos de oposição que quisessem, porque o Brasil não pertence ao Governo nem aos que apóiam o Governo: é de todos. Então, o diálogo tem que ser aberto, em matéria constitucional e nas propostas de mudanças pelas quais nós nos bate-mos há tanto tempo, que no início eram tão difíceis até de colocar.

Ontem, vi que no partido majoritário, o PMDB, nós tivemos uma acolhida enorme, porque é óbvio que chegou a hora. Chegou a hora com calma, mas chegou a hora. E ninguém vai fazer nada de consistente sem dialogar. Ninguém no isolamento resolve nada de importante. Só se consegue mudar quando se tem capacidade de persuadir, e quem persuade corre o risco de ser persuadido. É normal. A gente tem que estar aberto à persuasão.

Então, é assim que se faz, como também com o projeto de lei que me foi apresentado hoje, que será discutido pela sociedade, será modificado pela sociedade. Mas nós vamos encaminhando as coisas. As reformas que nós faremos – e nós vamos fazê-las – serão dessa maneira.

Estou há menos de um mês aqui no Governo, mas tive também a alegria de ter podido aprovar a lei de concessões de serviços públicos, que levou quatro anos parada, é de minha autoria inicial e abre uma brecha enorme para a modernização do Estado brasileiro.

No momento adequado, quando for sancionar a lei, direi com mais detalhes o que ela significa. Nós mudamos, também, a comissão de privatização, e o País ainda não tomou conhecimento do que vai acon-

tecer. As coisas tendem a acontecer. E a própria estrutura do Estado e mesmo o modo de governar têm que ser modificados. Nós estamos criando, agora, como sabem os que têm lido na imprensa, conselhos de ministros em que as decisões são tomadas com uma discussão entre grupos de ministros, conforme o assunto.

Naturalmente, é o Presidente da República quem toma a decisão final, mas é preciso evitar que haja o enfeudamento dentro do aparelho do Estado, é preciso que as decisões sejam compreendidas e aceitas pelo conjunto do Governo. Não pode haver uma ala do Governo contra outra ala do Governo, embora os ministros possam pertencer a alas políticas diferentes. A eleição vem depois. Agora é a nossa responsabilidade pública para com o País, por isso temos que produzir as convergências; e, uma vez tomada a decisão, ela tem que ser implementada, porque foi decisão de Governo.

E o fluxo de informações tem que ser contínuo. O Mauro Durante sabe disso, porque viveu conosco as dificuldades que tínhamos pelo bloqueio nas informações, pela burocratização excessiva e pela falta de fluidez dentro da máquina do Estado. Nós estamos modificando essa máquina do Estado – leva tempo, mas eu tenho quatro anos, e vamos modificar essas práticas, porque, de novo, já estão obsoletas, já morreram, e as pessoas não percebem que elas já morreram. Um sopro, elas caem. E não acontece nada: um muxoxo daqui, outro dali, um interesse contrariado, uma notinha maldosa que se ponha na imprensa – mas mais nada. As coisas vão se processando com naturalidade.

Então, acho que de fato a proposta que me trazem, que lerei com atenção, faz parte desse grande conjunto de mudanças que o Brasil deseja e que vai ser implementado. Vai ser implementado.

Vou terminar repetindo o que disse, há pouco, no almoço que ofereci ao Primeiro-Ministro do Canadá. Acho que, entre nós, aqui, no Brasil, o que houve de mais importante não foi o milagre econômico. Em certa época, houve taxas elevadas de crescimento. É verdade que isso hoje é um *continuum*. Eu digo sempre, até com uma ponta de orgulho patriótico, que nós temos hoje mais de 400 empresas com o ISO-9000, que é um certificado de qualidade. Quem tem isso na América Latina e

mesmo por aí fora, pelo mundo? E isso foi feito sozinho – não foi o Governo quem fez; nem sabíamos –, foi sendo feito pela prática das próprias empresas.

Então, essa modificação é que foi importante. Não é o fato de termos crescido a taxa tal ou qual. Hoje, quando se discute a taxa de câmbio, eu digo: "Meu Deus do céu, não se pode discutir taxa de câmbio desligada do País." Por que foi possível, independentemente de decisão, mas pelo próprio mercado, ter havido uma valorização do real e não ter diminuído a exportação? Porque houve uma imensa vantagem na produtividade. E uma coisa, de alguma maneira, compensou a outra, porque continua havendo uma transformação na produtividade. É um organismo vivo.

Tudo isso – e aí digo o que é importante, com o que eu queria terminar – expressa uma sociedade que se democratizou. Esse é o dado fundamental do Brasil. Não é a democracia política – ela existe, é bom que exista –, a qual eu prezo muito, pela qual lutei tanto e pela qual fui exilado; é mais do que isso: é a sociedade que se democratizou. Hoje, aqui, não passa nada sem discussão. Hoje, aqui, não há um grupo social que não se organize para demandar, para protestar, para reclamar. Às vezes, até reclamamos das invasões contínuas que sofremos para sabermos nossa opinião: se faço um comentário sobre um quadro, imediatamente isso já vira uma questão. Mas isso é bom. Claro que não é necessário, mas é bom, porque significa que estão "de olho". Quer dizer, é uma sociedade que cobra, que é exigente.

Isso é a nossa sociedade democrática, e é muito fácil, para uma sociedade que tem democracia política e que se tornou exigente, manter esses valores enraizados à democracia. Porque há muita desigualdade, há muita injustiça social, há muita pobreza. Então, isso fica tudo aflorado. O milagre é esse, é o fato de termos conseguido manter a democracia política e enraizar o sentimento democrático, universalizá-lo, a despeito da situação social de iniquidade. Mas também isso tem seus limites.

Está na hora de acabar com essa situação de iniquidades, senão ela pode ser projetada eternamente. Uma das maneiras é precisamente dar forças à pequena empresa, é precisamente gerar mais empregos democraticamente, espalhando a riqueza, e não concentrando; atendendo os

milhões, e não os poucos milhares. E é esse o sentido que eu percebo nas palavras do Presidente do Conselho do Sebrae. Tenho certeza de que é essa a visão do Presidente Executivo do Sebrae e tenho convicção de que estará recolhida no documento que me foi entregue.

Muito obrigado e parabéns a vocês.